

POBRE CIDADANIA

(Jornal do Brasil – 23/03/2006)

Os cidadãos brasileiros vivem uma pseudo-democracia. Os sem-terra violentam, diariamente, a Constituição, com o beneplácito das autoridades, principalmente do Ministro responsável pela reforma agrária. Os deputados, que não declararam nem à Receita Federal, nem à Justiça Eleitoral, fantásticas somas, que dizem ter recebido como “Caixa 2” de campanha, são absolvidos por seus pares, tendo-se a impressão de que a absolvição decorreu de serem peixes do mesmo aquário, conivente e convenientemente agraciados, por terem seus julgadores pecados semelhantes, ainda não descobertos. O presidente da Câmara, pateticamente, informa que a absolvição dos que não declararam fortunas recebidas, nem à Receita nem à Justiça Eleitoral, é “uma tradição da Casa”. O Presidente da República esclarece que o que a imprensa denominou de “propinoduto” para seu partido e seus aliados são pecadilhos a serem perdoados. A Comissão de Ética do Congresso é desmoralizada, pelo simples fato de defender que parlamentares tenham comportamento digno e opor-se à “tradição” de aeticidade da Casa do Povo.

Os cidadãos-contribuintes, entretanto, estão proibidos de ter Caixa 2 ou de não declarar à Receita o que recebem, apesar de serem eles que sustentam os parlamentares, os burocratas e políticos que por “tradição” recebem recursos “não contabilizados” e “não declarados”. Que malfadada tradição é esta!!! Quem está no poder, não é jamais preso, nem sofre qualquer ação da Polícia Federal ou da Receita Federal. Quem é cidadão é detido antes mesmo de qualquer processo, por mera suspeita, e recebe, depois, autos de infração ciclópicos. Pesquisas científicas de mais 20 anos são destruídas, assim como 5 milhões de mudas de eucaliptos, com a complacência do governo federal. Este não toma qualquer atitude contra o troglodita líder dos sem-terra, que dá bombásticas entrevistas, dizendo que tais pesquisas “são semelhantes àquelas que levaram à produção da bomba atômica”, durante a 2ª. Guerra mundial!!! Se não fosse pela estupidez da declaração –deve haver alguma forma de punir a estupidez festiva-, o simples incitamento à violência à Constituição, à guerra civil, ao caos, à desordem, à desobediência seria motivo mais do que suficiente para deter esse cidadão, pois é um perigo monumental para a democracia. Quem declara que não pretende respeitar lei alguma, porque “ele é a lei” e continuará a invadir terras e destruir propriedades, porque “ele, somente ele, sabe o que é bom para 180 milhões de brasileiros”, só por isto teria que ser preso, pois sua conduta é enquadrável no Código Penal.

Continua, entretanto, assim como seu bando de estupradores da Constituição, soltos e a ameaçarem um governo acovardado de tomar as medidas necessárias para repor a ordem e o respeito à lei e à Constituição no país, como, de resto, o Presidente prometeu, no juramento que fez à nação, no dia de sua posse.

O que mais impressiona é que tal grupo de violentadores, apesar de as pesquisas populares demonstrarem que não têm o apoio da população, nunca disputaram eleições para, pelo caminho correto na democracia, testar a aprovação de suas idéias. Na verdade, são uma elite ditatorial, tirânica, que pretende ver o Brasil dividido entre eles e, no momento, em que tiverem se apropriado da terra que desejam, não haverá mais terra para os futuros brasileiros e para ninguém. A reforma agrária que

Ives Gandra da Silva Martins

desejam é apenas tirar a terra de quem produz e passá-la para suas mãos. São, pois, assaltantes da propriedade alheia. Esbulhadores, segundo a lei. Como a terra é um bem finito, no momento em que ficarem com toda ela, os "futuros sem-terra" que se danem.

Pouco se fala, inclusive, de todo aparato que obtêm das autoridades governamentais, pago com os nossos tributos, ou seja, carros, tratores, celulares, armas, com o que, militarmente, podem organizar todas as invasões -leia-se todas as violações à lei, à Constituição e à ordem. E parcela ponderável dos que obtêm terras do governo, após esta pressão ilegal e injurídica, negociam-na em seguida, conforme os jornais já noticiaram.

É nesta pseudo-democracia, em que as autoridades não defendem a ética, que se auto-perdoam das fortunas não-declaradas que transitam por suas contas e que não fazem respeitar os direitos dos cidadãos, nem a lei, nem a ordem, que nós, os comuns mortais fora do poder, vivemos, pobres cidadãos sem direitos e sem proteção, assistindo a este melancólico desenrolar de acontecimentos em um país, que vê seus sagrados sonhos de democracia naufragarem pela mediocridade e aeticidade de seus representantes e da violência de uma "nova classe social", que deseja a ruptura completa da ordem. Pobres cidadãos!

São Paulo, 14 de Março de 2006.